Projeto de Resolução N.º 781/XVII/1.ª

Recomenda ao Governo a avaliação do atual modelo do Dia da Defesa Nacional, do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, e o estudo de novos modelos de recrutamento voluntário nas Forças Armadas, reforçando a cultura de segurança, defesa e proteção civil em Portugal

Exposição de motivos

O atual contexto internacional, marcado por uma profunda transformação da ordem internacional, é caracterizado pelo agravamento da situação securitária e das tensões geopolíticas, pelo regresso da competição estratégica entre grandes potências e pela crescente instabilidade regional.

A invasão da Ucrânia pela Federação Russa, em 2022, que trouxe de volta a guerra para as fronteiras da Europa, constituiu um momento de rutura na arquitetura de segurança europeia, a que se somam outros focos de instabilidade, como a guerra no Médio Oriente, contribuindo para um ambiente internacional de elevada conflitualidade, mais volátil, imprevisível e exigente.

Este contexto tem levado os Estados e as organizações internacionais, nomeadamente a NATO e a União Europeia, a reforçar significativamente os seus instrumentos de defesa, não apenas ao nível do investimento em capacidades militares, mas também no plano dos recursos humanos, da prontidão operacional e da própria resiliência das sociedades.

Um dos desafios mais relevantes e transversais à generalidade dos países aliados prende-se com a crescente dificuldade em atrair e reter jovens para as Forças Armadas, fenómenos que se consolidou em toda a Europa e também nos EUA na última década.

Mudanças demográficas, novas expectativas profissionais, maior valorização da flexibilidade nas carreiras e a concorrência de um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico têm vindo a colocar sob pressão os modelos tradicionais de recrutamento.

Perante esta realidade, diversos países têm vindo a estudar e a adotar soluções inovadoras com vista ao reforço do recrutamento e à valorização da condição militar. É o caso, por exemplo, da criação de modelos mais flexíveis de prestação de serviço, que incluem programas de curta duração ou modalidades híbridas de participação cívica e militar, como acontece nos Países Baixos e na Bélgica.

Em paralelo, têm sido reforçadas as ligações ao sistema educativo, através de programas universitários financiados, formação técnica certificada e regimes de participação parcial durante os estudos. Na Bélgica, por exemplo, a incidência acontece logo no ensino secundário, com a introdução da área curricular de *Security & Safety*, uma medida que tem sido considerada um sucesso em termos de números, funcionado como um primeiro contacto entre os estudantes e as profissões ligadas à segurança e defesa.

Portugal não é alheio a este contexto. Apesar dos esforços desenvolvidos nos últimos anos, nomeadamente ao nível da valorização da condição militar, da formação e das condições de carreira, subsistem desafios estruturais no recrutamento e retenção de efetivos. Trata-se de um problema com impacto na capacidade operacional das Forças Armadas, particularmente relevante neste contexto de crescente exigência operacional e de novas tipologias de ameaça.

Neste quadro, é importante que se faça uma reflexão sobre os instrumentos existentes de promoção de uma cultura de segurança, defesa e proteção civil do país e de sensibilização dos jovens cidadãos para o papel das Forças Armadas, como acontece com particular destaque, com o Dia da Defesa Nacional.

Criado na sequência do fim do Serviço Militar Obrigatório, o Dia da Defesa Nacional constitui um dever militar de todos os jovens portugueses e foi

concebido com o objetivo de os sensibilizar para a temática da defesa nacional e divulgar o papel das Forças Armadas, promovendo a aproximação entre a sociedade civil e a instituição militar. Este dia constitui hoje um dos principais pontos de contacto entre a instituição militar e a sociedade.

Todavia, passadas mais de duas décadas sobre a sua implementação, é relevante que se proceda a uma avaliação rigorosa e atualizada do seu modelo, do seu impacto efetivo no recrutamento dos três Ramos das Forças Armadas no passado e no presente, assim com a sua adequação aos desafios contemporâneos.

Essa avaliação deverá igualmente considerar a eventual necessidade de implementar outras soluções e até mesmo modelos alternativos ou complementares, como os programas de curta duração ou outras formas de participação que possam tornar o serviço militar mais atrativo, flexível e compatível com as expectativas das novas gerações.

Por outro lado, a promoção de uma cultura de segurança, defesa e proteção civil sólidas não se esgota no contacto pontual proporcionado pelo Dia da Defesa Nacional, sendo o reforço da ligação dos jovens às Forças Armadas indissociável de outros instrumentos e mecanismos.

É o caso do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, que constitui um instrumento estruturante no domínio educativo, visando integrar estas temáticas no percurso formativo dos jovens.

Também neste caso, impõe-se uma avaliação da sua implementação, eficácia e adequação face ao novo contexto internacional, marcado por ameaças híbridas, desinformação, cibersegurança e desafios à ordem internacional baseada em regras. E avaliar, nomeadamente, a sua articulação com a disciplina de Cidadania, de modo a perceber se é de facto este o veículo mais adequado à transmissão destes conteúdos.

Neste sentido, torna-se fundamental adotar uma abordagem integrada, que articule políticas de educação, defesa e juventude, reforçando a literacia cívica em matéria de segurança e defesa, promovendo uma maior proximidade entre as Forças Armadas e a sociedade e contribuindo para a valorização do serviço público e do compromisso com a Defesa Nacional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentam o seguinte projeto de resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos do disposto do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo que:

1. Proceda à realização de um estudo abrangente e atualizado sobre o modelo do Dia da Defesa Nacional, que inclua:
    a) Um diagnóstico do funcionamento do modelo vigente;
    b) A avaliação do seu impacto no recrutamento e na captação de efetivos para os três Ramos das Forças Armadas;
    c) A análise comparada com modelos adotados por outros países aliados;
    d) A identificação de limitações e oportunidades de melhoria;
    e) O estudo de soluções e modelos alternativos ou complementares, designadamente programas de curta duração, regimes de participação flexível ou outras formas de envolvimento cívico-militar.

2. Proceda a uma avaliação do atual Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz e a articulação das suas matérias com a disciplina de Cidadania, designadamente no que respeita ao grau de

implementação nas escolas, à sua eficácia na promoção da cultura de segurança, defesa e proteção civil, à sua adequação e necessidade de atualização de conteúdos, metodologias e instrumentos pedagógicos;

3. Estude, em parceria com as Forças Armadas, a criação de projetos-piloto de programas de curta duração ou modalidades flexíveis de prestação de serviço nas Forças Armadas, com carácter voluntário, avaliando o seu impacto no recrutamento e atratividade da carreira militar.

4. Reforce a articulação entre as Forças Armadas e o sistema educativo civil, designadamente através de programas de formação dual, estágios, bolsas de estudo, e desenvolva iniciativas de comunicação e proximidade dirigidas aos jovens, com vista a reforçar o conhecimento público das missões das Forças Armadas e das oportunidades de carreira.

Palácio de São Bento, 31 de março de 2026

As Deputadas e os Deputados,

Eurico Brilhante Dias

Luís Dias

Patrícia Faro

Ana Paula Bernardo

Frederico Francisco

João Torres

Marcos Perestrello

Mariana Vieira da Silva

Rui Santos